



Do presente ao passado: inventários *post-mortem* e o ensino de história.

Olgário Paulo Vogt*
Roberto Radünz**

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar a professores de História uma possibilidade de utilização de inventários *post-mortem* como material didático. Quando adequadamente analisados, os inventários transmitem importantes informações sobre aspectos da vida econômica, social e cultural de determinada sociedade. As fontes históricas em sala de aula podem auxiliar os alunos a desenvolver uma série de competências e de habilidades e se tornar uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história. A base empírica deste artigo é constituída dos inventários do coronel Bento Gonçalves da Silva e de José Joaquim de Andrade Neves, o Barão do Triunfo, personalidades marcantes na história gaúcha do século XIX. Através das atividades propostas neste texto objetiva-se avaliar quantitativa e qualitativamente os bens materiais que integravam o patrimônio dos inventariados relacionando-os à escala de valores do tempo presente.

Palavras-chave: Ensino de História. Inventários *post-mortem*. Material didático.

Abstract: This article has the finality to show a possibility of utilization of *post-mortem* inventories how didactic material to the History teachers. When rightly analyzed, the inventories transmit important information about aspects of economic, social and cultural life of determined society. The history sources in classroom can help students to develop a lot of skills and abilities and to become an adequate and productive strategy to teach history. The empirical basis of this article is constituted of the inventories from colonel Bento Gonçalves da Silva José Joaquim de Andrade Neves, the Barão do Triunfo, outstanding personalities in the gaúcha history from XIX century. Through activities proposed in this text the objective is to evaluate qualitatively and quantitatively the material goods that composed the inventoried's heritage relating them to the values scale of present time.

Keywords: History teaching. *Post-mortem* teaching. Didactic material.

* Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: olgario@unisc.br

** Doutor em História. Professor do Departamento de História e Geografia da UNISC e da UCS – Universidade de Caxias do Sul. E-mail: radunz@unisc.br



Introdução

Desde o tempo em que a disciplina História passou a integrar o currículo escolar, há uma interlocução entre o ensino e a produção teórica e científica do conhecimento histórico (PCNs, 1998, p. 30). Com o passar do tempo, no entanto, passou a haver uma grande defasagem entre as inovações teóricas e metodológicas e a incorporação de novas fontes promovidas pelos pesquisadores. Há um descompasso entre o processo científico de conhecimento do passado e a forma como essa mesma produção vem sendo trabalhada didaticamente na escola pelos professores. Assim, apesar de superado no universo acadêmico, o Positivismo resiste no ambiente escolar e continua fazendo da História uma de suas principais trincheiras de luta.

A utilização de documentos primários como inventários, testamentos, processos crime, correspondências e outros pode ser uma ferramenta interessante da qual pode se valer o professor de História em sala de aula com o intuito de motivar, reelaborar o conhecimento, desenvolver habilidades e competências, aprofundar ou complementar o aprendizado. O uso de fontes documentais em aulas de História não garante um ensino de melhor qualidade nem deve ser tomado como uma obrigação do educador. Mas, na medida em que o professor faz uso desses tipos de recursos materiais precisa, necessariamente, se conectar a uma disposição teórica pedagógica (PEREIRA, SEFFNER, 2008, p. 123).

Na nossa concepção o professor é um mediador do processo de aprendizagem sendo a sala de aula um espaço em que os alunos, juntamente com o professor, constroem e reelaboram o conhecimento. Nesse sentido, seu papel “não é cumprir um programa, não é dar determinado rol de conteúdos: antes de mais nada, seu papel é ajudar os alunos a entenderem a realidade em que se encontram, tendo como mediação para isto os conteúdos” (VASCONCELLOS, 1995, p. 35).

Neste texto trabalharemos com dois inventários de personalidades marcantes da história gaúcha do século XIX. Trata-se dos inventários do coronel Bento Gonçalves da Silva, principal líder farroupilha na Guerra dos Farrapos (1835-1845) e Presidente da República do Piratini, e de José Joaquim de Andrade Neves, o Barão do Triunfo, um líder político riopardense que faleceu durante a guerra do Paraguai. Partimos do princípio de que, quando adequadamente analisados, inventários podem transmitir importantes informações sobre



aspectos da vida econômica, social e cultural de determinada sociedade (FLEXOR, 2009, p. 25).

De antemão, deixamos registrado que nosso intuito não é o de oferecer um roteiro pronto e acabado de como trabalhar com inventários. A intenção é mostrar possibilidades e sugerir alguns pontos para a reflexão. Cabe ao professor, levando em consideração os objetivos propostos, a realidade de sua clientela e o interesse de seus alunos reformular as atividades aqui expostas.

Inventários post mortem

Testamentos e inventários são documentos judiciais que estão umbilicalmente ligados entre si. O testamento tem caráter facultativo e diz respeito à última vontade do falecido. É produzido ainda em vida pelo testador, instantes, horas, dias, meses ou mesmo anos antes de ocorrer a sua morte. Refere-se àquilo que o morto desejava que fosse realizado com parte ou todos os seus bens (FURTADO, 2009, 93). Já o inventário é feito após a morte do indivíduo. Através dele os bens do falecido são distribuídos entre seus herdeiros conforme prevê a legislação e de acordo com a vontade do morto, caso tenha deixado testamento. Para o historiador, testamentos e inventários podem se transformar em importantes testemunhos da vida material e cultural de indivíduos e grupos sociais do passado.

Durante o período colonial, valeu no Brasil a legislação portuguesa. Quando da sua descoberta, vigorava em Portugal as Ordenações Afonsinas. Elas foram substituídas, em 1521, pelas Ordenações Manuelinas (THOMPSON, 1976, p. 89). Já as Ordenações Filipinas (também denominadas de Código Filipino), passaram a vigorar a partir de 1603, quando Portugal estava sob o domínio espanhol. Elas tiveram larga utilização em todo o império luso. Este código, integrado por cinco livros, procurou combater a justiça privada e a substituir pela justiça pública. É no Livro IV das Ordenações Filipinas (do Título XCVI, que trata de como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros até o XCVIII) que se encontram os dispositivos sobre os testamentos e a forma de realização do inventário e da partilha dos bens. Essas Ordenações, na parte em que não foram derogadas, vigoraram no Brasil até 1916, quando veio à luz o primeiro Código Civil Brasileiro.

O inventário dos bens deixados por falecimento podia ser requerido pelos herdeiros, pelo testamenteiro ou por qualquer pessoa que o desejasse. Eram feitos pelos tabeliões do judicial (DAUMARD et al, 1984, p. 179). Trata-se, portanto, de documento judicial que além



dos herdeiros, interessava ao fisco e a eventuais terceiros que tinham direito de herança ou que fossem credores do finado. Disso decorria a razão da descrição e avaliação minuciosa dos bens do falecido.

Diferentemente dos inventários do século XX, os inventários do século XIX descrevem, pormenorizadamente, os bens de herança móveis (objetos, instalações profissionais, estoques, créditos e valores mobiliários), imóveis (propriedades rurais e urbanas) e semoventes (referentes a escravos e animais) de um indivíduo, dívidas ativas e passivas e os bens alheios encontrados no espólio do inventariado (DAUMARD et al, 1984, p. 176-179). Através deles, é possível “avaliar tanto a riqueza de um grande estancieiro como o grau de pobreza de um pequeno posseiro” (ZARTH, 2011, p. 20)

Os inventários normalmente são constituídos de três partes distintas. Na primeira parte aparecem dados pessoais do falecido e a relação dos herdeiros; na segunda há a descrição e avaliação dos bens móveis, imóveis, semoventes e as dívidas ativas e passivas deixadas pelo falecido; na terceira é feita a partilha dos bens entre os herdeiros.

Utilização de documentos em sala de aula

Da mesma forma que a história que se ensina na escola não é a mesma que se ensina na universidade (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 118), os objetivos do uso de fontes históricas para historiadores e professores da escola básica também são bastante distintos. Pretender, através da utilização de documentos em sala de aula transformar o aluno em um pequeno historiador seria um grande equívoco (BITTENCOURT, 2004, p. 288). A escola básica não tem por objetivo formar historiadores, mas “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei nº. 9.394).

Dependendo do diagnóstico feito pelo professor sobre a turma, esse tipo de fonte documental pode ser empregado já no quarto ciclo do Ensino Fundamental, isto é, no oitavo e nono anos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, nesse ciclo o eixo temático proposto é “História das representações e das relações de poder”. Esse eixo, por sua vez, se desdobra em dois subtemas: “Nações, povos, lutas, guerras e revoluções”; e “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo.” No Ensino Médio, o eixo temático



“Cidadania: diferenças e desigualdades”, sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais das Ciências Humanas e suas Tecnologias, é uma boa indicação.

A fim de facilitar a exploração prazerosa e inteligível dos documentos pelos alunos, sugere-se ao professor utilizar inventários já devidamente transcritos (BITTENCOURT, 2004, p. 330). E também que ao invés de trabalhar com um ou uma série de documentos inteiros o educador se valha de fragmentos selecionados. Isso em razão dos inventários se constituírem de documentos oficiais de vocabulário complexo, porque escritos em uma linguagem jurídica e datados de outra época. Some-se a isso o fato de, normalmente, serem manuscritos – ao menos os dos séculos XVIII e XIX -, e de serem bastante extensos, o que torna sua leitura extremamente difícil e morosa para os alunos.

A transcrição e a seleção de partes do texto não visam tornar a aula mais fácil, atraente ou agradável para os estudantes, mas leva em consideração os objetivos propostos para a aula; a idade dos alunos; e o tempo pedagógico das aulas, isto é o número de períodos semanais de aulas de História e o tempo de duração de cada período. Pereira e Seffner (2001, p. 126) chamam a atenção para o fato de que o ensino com fontes em sala de aula

pode ser bastante produtivo, desde que o objetivo seja a complexidade, não a facilidade. O problema de certos procedimentos didáticos é que eles procuram arrumar formas de tornar o conhecimento histórico cada vez mais “acessível”, submetendo o conhecimento a outros objetivos como, por exemplo, a necessidade de tornar a aula de História mais atraente ou de tornar o distante mais próximo.

Bem utilizadas, as fontes históricas em sala de aula podem auxiliar aos alunos a desenvolver uma série de competências e de habilidades (CRUZ, 2005), dentre as quais a capacidade de análise, de interpretação, de contextualização de formulação de posicionamentos éticos a respeito de situações e personagens, de comparação de problemas atuais com o de outros momentos históricos e a do estabelecimento de relações entre continuidade/descontinuidade e ruptura/transformação nos processos históricos.

Nas seções que se seguem, serão dadas algumas sugestões de como trabalhar com inventários como forma de incrementar o ensino da história. Reafirmamos que a forma de utilização de fontes documentais na escola depende do professor. “Do ponto de vista didático, o trabalho com o documento histórico em sala de aula depende da concepção que se tem a seu respeito, dos objetivos que se querem atingir e das estratégias propostas para sua concretização” (SCHMIDT; CAINELLI, 2006, p. 95).



O inventário de Bentos Gonçalves da Silva

Considerado um dos maiores vultos sul-rio-grandenses, Bento Gonçalves da Silva nasceu em Triunfo em 23 de setembro de 1788. Era o décimo filho do português, criador de gado, Joaquim Gonçalves da Silva e Perpétua Meireles. Em 1811, participou da primeira invasão na Província da Cisplatina. Estabeleceu-se em Cerro Largo, no Uruguai, onde prosperou. Ali casou-se, em 1814, com a uruguaia Caetana Garcia, com quem teve oito filhos.

Participou, posteriormente, das lutas contra as tropas de Artigas que culminaram na definitiva anexação da Cisplatina ao Brasil. Quando isso aconteceu, tornou-se governante da Vila de Mellos. Esteve ao lado do Império na guerra que os uruguaios promoveram contra o Brasil e que redundou na independência do Uruguai em 1825.

Em 1832 Bento Gonçalves foi indicado para ser comandante da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, um dos postos de maior influência que havia na província, Isto lhe deu uma posição estratégica, que soube utilizar quando da Revolução Farroupilha: sob sua liderança ficaram todos os corpos da Guarda Nacional, força especial que havia sido criada em 1832 e cujo oficialato era sempre composto por membros das elites de cada região.

Maçom e liberal convicto, Bento Gonçalves foi o grande líder e chefe supremo da Revolução Farroupilha (1835-1845) que acabou por separar por alguns anos a província gaúcha do Império do Brasil. Embora tenha iniciado as negociações de paz com Caxias, em agosto de 1844, Bento Gonçalves não as finalizaria. O clima de divisão entre os farrapos aumentou, e ele acabou sendo afastado das negociações pelo grupo que se opunha à sua liderança. Desligando-se da vida pública, retirou-se para a sua estância, no Cristal, em Camaquã. Já convalescente, foi em 1847 para a casa do médico e ex-correligionário José Gomes de Vasconcelos Jardim, onde morreu, de pleurisia, em 18 julho daquele ano.

A seguir apresentamos a descrição e avaliação dos bens pertencentes ao casal de D^a. Caetana Garcia da Silva, no inventário amigável a que procede com seus herdeiros por falecimento de seu marido, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, na forma com eles convencionada.

Móveis	Valor em mil réis
1 sofá 25\$000
1 mesa de jacarandá 30\$000
2 ditas de dito 16\$ 32\$000



1 oratório com imagens 150\$000
1 mesa velha 4\$000
1 lavatório de jacarandá 6\$000
1 dito velho 2\$000
1 relógio de mesa 10\$000
6 marquesas velhas \$6 36\$000
1 cama de jacarandá 32\$000
1 dita velha 10\$000
1 cômoda dita 20\$000
1 mesa de jantar 20\$000
1 canapé velho 6\$000
1 mesa pequena dito 2\$000
1 dúzia de cadeiras velhas 12\$000
1 relógio de ouro 40\$000
1 estojo grande de navalhas 40\$000
450 oitavas de prata velha 90\$000

ESCRAVOS

Nome	Idade	Valor em mil réis
Ambrósio, da Costa	44	750\$000
Caetano, mulato	42	1:000\$000
Domingos, crioulo	48	800\$000
João Baiano, mulato	56	600\$000
Joaquim, alfaiate	50	1:400\$000
Eleutério, sapateiro	50	1:300\$000
Jeremias, da Costa	45	400\$000
Jesúno, cabra	50	800\$000
João, mulato	60	200\$000
Adão, crioulo	4	500\$000
Raimundo, crioulo	1,5	200\$000
Epifânio, crioulo	2	250\$000
Manoel, mina	60	200\$000
José Maria, mulato	13	1:400\$000
Estevão, crioulo	34	1:400\$000
Eva, crioula	34	1:400\$000
Francisca, cabra, doente	44	400\$000
Eva, crioula	5	400\$000
Celestina, cabra	17	1:400\$000
Maria Franca	11	1:200\$000
Delfina, mulata	10	1:200\$000
Thereza, crioula	50	600\$000
Joanna, da Costa, doente	44	300\$000
Maria, conga, doente	33	300\$000
Maria, mulata	37	1:300\$000
Benvinda, crioula	9	900\$000



Malvina, crioula	4	500\$000
Narciza, da Costa	25	1:300\$000
Henriqueta, mulata	16	1:400\$000
Ambrozina, mulata	13	1:400\$000
Victória, crioula	0,5	150\$000
Maria, da Costa	25	1:300\$000
Josefa, da Costa	25	1:300\$000

ANIMAIS

Qtd.	Tipo	Valor Unitário	Total
300	Reses mansas de criar	16\$000	4:800\$000
400	Reses xucas de criar	15\$000	6:000\$000
24	Bois mansos	32\$000	768\$000
15	Novilhos	15\$000	450\$000
30	Cavalos	8\$000	240\$000
22	Potros	5\$000	110\$000
8	Éguas mansas	3\$200	25\$60
270	Ditas xucas	2\$000	540\$000

BENZ DE RAIZ

- 3.746 braças de campo no Christal a 3\$660	13:710\$360
- Quinhão e meio de matos à margem do rio Camaquã	1:500\$000
- Casa, atafona, pomar e demais benfeitorias da propriedade, a exceção do terreno que ocupam	1:000\$000

Atividades

Em um inventário o valor total dos bens avaliados é denominado de *monte-mor*, que no exemplo dado equivale a 57:760\$960 (cinquenta e sete contos, setecentos e sessenta mil e novecentos e sessenta réis). Uma das atividades possíveis de se realizar com alunos seria solicitar para calcularem o valor dos bens por tipos. Assim teríamos:

- Bens Móveis: 567\$000, o equivalente a 0,98% do total.
- Escravos: 28:050\$000, o equivalente a 48,56% do total.
- Animais: 12:933\$600, o equivalente a 22,39% do total.
- Bens de raiz: 16:210\$360, o equivalente a 28,06% do total.

Por esses dados, fica patente que o maior patrimônio deixado por Bento Gonçalves não era constituído pela terra nem pelo gado. Eram seus escravos. Os escravos eram bens móveis importantes.



A partir dessa constatação seria possível, por exemplo, propor uma discussão a respeito da relação entre farroupilhas e o regime escravocrata, que é um tema polêmico e contraditório. Ainda que tributários do pensamento iluminista e dos ventos liberais que em 1789 aprovaram, na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a maior parte dos farroupilhas era escravocrata. Entre o artigo primeiro¹ da declaração e o artigo 17², falava mais forte este último que dizia respeito ao direito de propriedade.

Além de Bento Gonçalves, inúmeras outras lideranças farroupilhas eram proprietárias de escravos. Em 24 de janeiro de 1843, Domingos José de Almeida, apontado por Souza Docca (1954, p. 330) como “a cabeça pensante da República Rio-grandense, o seu maior estadista e um dos ministros de mais serviços e a primeira personalidade civil da mesma república”, comunicou ao Juiz Municipal e interino de Direito de Alegrete, que possuía, ao se iniciar a Revolução de 35, 84 escravos. Com eles mantinha a sua charqueada localizada no Arroio Pelotas. Seu plantel era composto, então, de 24 carneadores, 6 salgadores, 15 graxeiros e graxeiras, 4 campeiros, 5 tripeiros, 1 marceneiro, 2 carpinteiros, 1 pedreiro, 1 boleiro, 1 alfaiate, 2 carreteiros, 5 serventes, 5 marinheiros, 4 escravas de serviços da casa. Possuía, ainda 8 crias, cuja idade variava entre 2 e 10 anos (CV 629/4 e 629/5).³ O inventário de Antônio Vicente da Fontoura, o negociador do armistício pelo lado dos farrapos, registrado em Cachoeira do Sul em 1861, apresenta 19 escravos. José Gomes de Vasconcelos Jardim, através do seu inventario datado de 1854, deixou como herança 47 cativos (BAKOS, 1985, p. 95).

Outra questão que poderia ser trabalhada com alunos diz respeito ao nome dos escravos. Nos inventários normalmente aparecem os nomes dos cativos, sua idade, o sexo e o valor. Por vezes, também condições de saúde, origem e ofício dos cativos eram registrados. O professor pode chamar a atenção dos alunos para o fato de que os escravos, quando embarcados no litoral da África, perdiam seu nome primitivo. Eram ali batizados cristãos com um só nome, ao qual, posteriormente, podia ser acrescentado mais um apelido de identificação, que provinha do local de procedência do cativo, de sua profissão ou de algum aspecto do cativo.

¹ Art.1.º - Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As destinações sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

² Art. 17.º - Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Coleção Varela



O valor dos escravos seria outra possibilidade de trabalho. Ele normalmente estava relacionado com a idade, o sexo, a ocupação ou ofício e a saúde do cativo. Seu valor de mercado variou bastante ao longo do tempo. No século XVIII, por exemplo, foi bem mais baixo do que no século XIX. A partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido, o valor do cativo, em um primeiro momento, elevou-se ainda mais. Muitas das províncias brasileiras passaram, então, a vender parte de seus plantéis que eram canalizados para o plantio de café que se fazia na região sudeste do Brasil. Anos antes de ocorrer a abolição da escravatura, já havendo a previsão de extinção do trabalho compulsório, seu preço caiu drasticamente.

A partir das informações contidas no inventário, o professor poderia pedir para os alunos calcularem quantos cavalos, potros, éguas xucras ou reses xucras seriam necessárias para adquirir um bom escravo tendo por base este inventário. Assim, por exemplo, seriam necessários 175 cavalos ou 280 potros para adquirir um bom escravo dos herdeiros de Bento Gonçalves. Dessa forma, os alunos conseguiriam ter uma noção do valor pecuniário de um trabalhador escravo.

Ainda no que diz respeito aos cativos, outro ponto interessante a explorar com os alunos seriam seus ofícios. Em uma sociedade permeada pelo trabalho compulsório, o negro era, literalmente, “pau para toda obra”. No campo eram ocupados em atividades agrícolas, pastoris e domésticas. Nas cidades, as pessoas com mais posses podiam ostentar um variado número de escravos domésticos: cocheiros, cozinheiras, doceiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas, amas de leite, jardineiros. Realizavam, ainda, as mais diversas atividades artesanais trabalhando, entre outros, como oleiros, sapateiros, alfaiates, serradores, calceteiros, pedreiros e barbeiros. Via de regra, quanto maiores as posses, maior o número de escravos que o amo ostentava à sociedade.

Outro ponto que poderia ser destacado é a mobília avaliada no inventário. Normalmente bastante simples e modesta durante o século XIX, a vida doméstica pode ser aquilatada pelo número e valor dos móveis e utensílios de uso cotidiano (Flexor, 2009, p. 27). As casas, mesmo dos mais abastados, eram geralmente pouco confortáveis. O mobiliário era bastante modesto. Poucas cadeiras, uma ou duas mesas. O normal era guardar as poucas roupas e os papéis em baús. Cabides de chifre de boi ou veado também eram usados no lugar de roupeiros e podiam ser vistos nos quartos e nas salas. Ali eram pendurados chapéus, roupas e outros objetos (ALGRANTI, 1997). Os utensílios usados à mesa, como colheres, facas, garfos, pratos, copos e baixelas, também não eram em grande número. Além de serem caros,



há que se considerar que ao adentrar no século XIX, comia-se com as mãos em praticamente todo o Brasil. O uso do garfo se generaliza somente no decorrer daquele século.

Por fim, dentre outras tantas possibilidades, o professor, juntamente com seus alunos, poderia pesquisar sobre a constante presença nos inventários de oratórios domésticos.

O inventário do Barão do Triunfo

Dentre as figuras mais destacadas da história de Rio Pardo está José Joaquim de Andrade Neves (VOGT; ROMERO, 2010, p. 110-11). Ele nasceu em 22 de janeiro de 1807 em Rio Pardo e faleceu em 1869, em Assunção, Paraguai. Era filho do major José Joaquim de Figueiredo Neves e de Francisca Ermelinda de Andrade.

Quando eclodiu a Revolução Farroupilha, pegou em armas como membro da Guarda Nacional. Fiel ao Império, tornou-se um dos maiores inimigos dos revolucionários farroupilhas. Participou, dentre outros, dos combates de Canapé, Ilha do Fanfa, Aldeia dos Anjos, Passo da Areia e Poncho Verde. Em Rio Pardo, esteve presente na Batalha do Barro Vermelho, onde as tropas legalistas foram fragorosamente derrotadas.

Em 1839 foi alçado ao posto de tenente-coronel da Guarda Nacional. Em 1847, a coronel. Em 1851-52 comandou a 7ª Brigada da Guarda Nacional na campanha contra Oribe, no Uruguai. Em 1858 recebeu o título de Brigadeiro Honorário do Exército.

Em 1864 participou da invasão do Uruguai para colocar na presidência daquele país Venâncio Flores. Em seguida participou da Guerra do Paraguai. Em recompensa pelos serviços prestados ao Império do Brasil, foi condecorado, em 1868, com o título nobiliárquico de Barão do Triunfo. Na batalha de Lomas Valentinas foi atingido, no pé, por uma bala de ferro fundido. Morreu em consequência desse ferimento no palácio presidencial de Assunção (ANTUNES, 2008).

A seguir apresentamos a descrição e avaliação de parte dos bens pertencentes ao Barão do Triunfo.⁴

Bens: Chácaras e terrenos

Descrição do bem	Valor
Um campo denominado rua velha do Distrito do Couto avaliado em	7:000\$000
Uma chácara aonde reside D ^a . Maria Orique avaliada em	1:200\$000

⁴ APERS; Fundo 007 (Comarca de Rio Pardo); Localidade: Rio Pardo; Subfundo Vara Cível e Crime; Ano 1869; Processo nº. 182.



Uma chácara junto a Aldeia de São Nicolau avaliada em	1:200\$000
Uma chácara em frente à casa da pólvora avaliada em	2:000\$000
Uma chácara na rua de Rio Pardo avaliada em	1:600\$000
Uma chácara no Estreito avaliada em	1:500\$000
Uma chácara junto ao Rincão Del Rei avaliada em	500\$000
Um terreno na rua do Pinheiro avaliada em	50\$000
Um terreno próximo ao porto de Rio Pardo avaliado em	50\$000
Um terreno a rua do P. Bandeira avaliado em	50\$000
TOTAL	15:150\$000

Bens: Casas e prédios

Descrição do bem	Valor
Uma casa grande na Rua do Barão do Triunfo, terrenos anexos, até o Jaques, metade do potreiro (...) avaliada em	11:000\$000
Casa e armazém à rua da Imperatriz avaliada em	6:000\$000
Casa à Rua Barão do Triunfo em que funciona a Telegrafia avaliada em	3:500\$000
Casa a Rua do Brasil avaliada em	1:500\$000
TOTAL	22:000\$000

Bens: Escravos

Nome do escravo	Valor
Jerônimo	1:000\$000
Jacinto	1:000\$000
José	1:000\$000
Paulo	800\$000
Eusébio	500\$000
Benta	1:000\$000
Martinha	1:000\$000
Maria Joana	800\$000
Magdalena	500\$000
Valentina	500\$000
Gabriela	300\$000
Domingas	200\$000
TOTAL	8:600\$000

Bens: Gado e animais cavallares

Qtd.	Tipo	Valor
9	mulas	144\$000
4	éguas e potros	42\$000
8	cavalos	96\$000
22	bois mansos	616\$000
106	reses de criar	1:484\$000
8	tambeiros	160\$000
2	potros	16\$000
	TOTAL	2:558\$000



Recapitulação

Terras	15:150\$000
Prédios	22:000\$000
Móveis	1:203\$000
Prata e ouro	1:766\$000
Escravos	8:600\$000
Quatro ações do Teatro desta cidade	400\$000
Gado e animais cavalares	2:558\$000
TOTAL	51:677\$400

Andrade Neves gozou de imenso prestígio e poder político em Rio Pardo. E embora tivesse propriedades rurais, seu poder não esteve diretamente ligado à propriedade da terra e à atividade criatória, mas à sua atuação na Guarda Nacional. Foi graças ao comando da secção local da Guarda Nacional que tornou-se o grande líder político do município nas décadas de 1840, 1850 e 1860. Exerceu também as funções de juiz municipal, procurador geral da Fazenda Pública, foi vereador por vários mandatos e, em duas ocasiões, deputado provincial. Presidiu a Câmara Municipal de Rio Pardo de 1838 a 1840, em 1849 e 1850, em 1852 e de 1857 a 1860. Foi ainda provedor da Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Seu maior patrimônio era constituído pelas casas e prédios que possuía na cidade. Depois vinham os campos, chácaras e terrenos. Só então, em um terceiro posto, aparecem os escravos.

O aproveitamento de seu inventário em sala de aula possivelmente seja mais significativo para alunos de escolas de Rio Pardo. Ali os nomes Andrade Neves e Barão do Triunfo são ouvidos com frequência por toda a população. Pesquisar sobre o personagem, visitar o prédio onde residiu, travar contato, no museu e no arquivo histórico do município, com objetos e documentos que manipulou, pode se converter em uma atividade extremamente instrutiva.

Considerações finais

O desenvolvimento da pesquisa histórica ao longo do século XX trouxe à tona uma série de fontes documentais que podem ser exploradas didaticamente pelo professor em sala de aula. Cabe ao educador inicialmente conhecer os potenciais dessas fontes. A partir disso, desenvolver métodos de ensino que valorizam as atitudes intelectuais dos alunos para o



desenvolvimento de sua autonomia para aprender. Para alcançar esse intento, o professor precisa ampliar a sua concepção sobre o documento e sobre o seu uso, superando “a compreensão que ele serve apenas de ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso” (SCHMIDT; CAINELLI, 2006, p. 95).

Como se procurou evidenciar ao longo do texto, inventários e testamentos possibilitam levantar informações preciosas sobre a vida material, espiritual e do cotidiano de sociedades passadas. Alguns dos inventários do Rio Grande do Sul do século XIX são muito ricos em detalhes. Através deles é possível verificar o que se produzia em um estabelecimento agrícola ou em uma estância de criação de gado. Além disto, esses tipos de documentos primários trazem informações sobre a mobília, as roupas e os utensílios domésticos de famílias, o que permite que tenhamos uma noção a respeito do padrão de consumo, dos valores e do conforto existentes em determinada época.

Nosso propósito aqui não foi a de “dar uma receita de bolo”. Nem aconselhamos os professores a trabalharem com os dois exemplos de inventários aqui expostos. O professor pode escolher algum inventário que seja significativo para seus alunos, como possivelmente o do Barão do Triunfo seja para alunos do município de Rio Pardo. Mas se valer ou não de documentos primários para instigar os alunos e para promover a reflexão crítica na escola e na sala de aula é decisão que cabe ao professor. O mais importante é que todos nós professores de História sejamos criativos para realizar nossas aulas para que o aluno seja sujeito ativo na sala e na sociedade.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. **Andrade Neves: o vanguardeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farroupilhas. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.



Brasil. PCN Ensino Médio. Orientações Educacionais aos Parâmetros Curriculares Nacionais Complementares.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Competências e habilidades:** da proposta à prática. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DAUMARD, Adeline et al. **História social do Brasil:** teoria e metodologia. Curitiba: Editora da UFPR, 1984.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2003.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória.** Campinas: Alínea, 2009. p. 25-35.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regia de (Org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Livro IV das Ordenações Filipinas. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14p779.htm>. Acessado em 09/07/2013.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 287, dez. 2008. p. 113-128.

SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de. **História do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

THOMPSON, Augusto F. G. **Escorço histórico do direito criminal luso-brasileiro.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1976.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo Libertad, 1995.

VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch. **Uma luz para a história do Rio Grande:** Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica. **História Social**, n. 21, segundo semestre de 2011.

*Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013*